

## O ESTADO DA ARTE DOS ESTUDOS SOBRE SUJEITOS NULOS, POSIÇÕES DE SUJEITO E MARCAS FLEXIONAIS

*Maria Cristina Figueiredo Silva<sup>1</sup>*

### **Resumo:**

Este texto apresenta uma visão geral dos estudos sobre sujeitos nulos, posições de sujeito e morfologia flexional, dentro do arcabouço da gramática gerativa. A discussão se restringirá a problemas específicos nesse campo. A primeira é a própria questão paramétrica e a tipologia dos sujeitos nulos, dada a existência de línguas que permitem apenas alguns tipos de sujeito nulo; uma segunda questão diz respeito às posições de sujeito disponíveis nas sentenças e à análise a ser oferecida aos sujeitos nulos em geral. Finalmente, focamos o problema da riqueza morfológica, historicamente ligado à discussão de sujeitos nulos referenciais nas línguas românicas.

**Palavras-chave:** sujeitos nulos; posições de sujeito; morfologia flexional.

### **Abstract:**

This text presents an overview of the studies on null subjects, subject positions, and flexional morphology, within generative grammar. The discussion will be restricted to specific problems in this field. The first one is the parametric question itself and the typology of the null subjects, given the existence of languages that allow some types of null subjects only. A second question concerns the subject positions available in the sentences and the analysis to be offered to null subjects in general. Finally, we focus on the problem of morphological richness, historically tied to the discussion of referential null subjects in Romance languages.

**Keywords:** null subjects; subject positions; morphological inflection.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Paraná/CNPq. E-mail: [figueiredosilvamc@gmail.com](mailto:figueiredosilvamc@gmail.com)

## 1 INTRODUÇÃO

Este texto pretende apresentar uma visão geral dos estudos sobre sujeitos nulos, posições de sujeito e concordância morfológica, temas intimamente relacionados dentro do arcabouço da gramática gerativa. Essa não é uma tarefa simples, porque a pesquisa sobre o assunto tem longa tradição nessa teoria e tem sido bastante frutífera. Assim, é inescapável aqui fazer escolhas específicas, o que terá como resultado deixar de fora muitas questões interessantes em nome de tratar com alguma profundidade outras mais interessantes ainda.

Vamos centrar nossa discussão em algumas das principais linhas de interesse nesse vasto campo. A primeira é a própria questão paramétrica, já que as diversas mudanças na teoria também implicaram mudanças significativas sobre o que poderia ser um parâmetro e o que poderia ser parametrizável. Essa discussão traz consigo o problema da tipologia dos sujeitos nulos, porque, nas primeiras formulações do parâmetro, esperava-se uma separação clara entre as línguas: ou seus sujeitos referenciais eram todos realizados, ou poderiam ficar todos nulos (nas condições pragmáticas adequadas)<sup>2</sup>. À medida que foi ficando evidente não ser esse o quadro, dada a existência de línguas com sujeito nulo parcial que não se confundem com as de sujeito nulo expletivo, começa a aparecer também a questão de qual análise oferecer a esses sujeitos nulos parciais. Uma segunda linha de investigação que será perseguida neste texto diz respeito às posições de sujeito disponíveis nas sentenças, questão estreitamente relacionada com a análise a ser oferecida aos sujeitos nulos em geral. Finalmente, algum espaço será dado para o problema da concordância morfológica, que tradicionalmente tem recebido um lugar de destaque na discussão sobre interpretação dos sujeitos nulos referenciais das línguas românicas.

## 2 PARÂMETROS

### 2.1 O parâmetro do sujeito nulo

Discutido longamente em Chomsky (1981) sob o nome de parâmetro *PRO-drop*, o parâmetro do sujeito nulo, que tem suas origens nos estudos de Perlmutter (1971) e que encontra em Rizzi (1982) a sua versão mais bem acabada, é um exemplo do grande salto que o modelo de Regência e Ligação dá com respeito à Teoria Padrão do final dos anos 70. A mudança mais espetacular está exatamente na substituição de um sistema de regras para tratar os fenômenos das línguas por um sistema de princípios e parâmetros, de tal modo que uma parte considerável das línguas seria fundamentalmente sempre a mesma – os princípios – enquanto outra parte seria variável dentro de limites bem estabelecidos: basicamente, um conjunto restrito de opções binárias abertas à escolha das línguas. A noção de parâmetro é tanto mais interessante à medida que permite derivar um conjunto de características visíveis das línguas diretamente da fixação de um único valor para uma propriedade formulada de maneira suficientemente abstrata.

---

<sup>2</sup> Como observa um parecerista anônimo, a possibilidade gramatical de sujeitos nulos não fornece o quadro completo da sua distribuição, já que uma série de condições de boa formação ligadas ao discurso ainda deve ser contemplada – por exemplo, D'Alessandro (2014) enfatiza que não existem sujeitos nulos de 3ª pessoa em início absoluto de discurso; aliás, mesmo sujeitos nulos de 1ª pessoa, em línguas como o italiano, não são admitidos em situações em que o falante está recuperando o turno conversacional.

A ideia mesma de que existe um conjunto de propriedades correlacionadas com a possibilidade de ausência de um sujeito lexicalmente especificado é interessantíssima; é provável que Perlmutter (1971) seja dos primeiros trabalhos a relacionar a presença de sujeitos nulos sistematicamente a outra propriedade, no caso à possibilidade de extração do sujeito de uma oração encaixada que exhibe um complementizador – conhecida como *that-t effect*. Taraldsen (1980) avança uma explicação para essa correlação, segundo a qual ter a opção de extração de um sujeito encaixado depende crucialmente da presença da flexão dita “rica” sobre o verbo, já que é ela a responsável pela vinculação da categoria vazia (de tipo anafórico) que ficará na posição de sujeito quando da extração (determinar o que vem a ser “riqueza” nesse contexto não é uma tarefa simples, como veremos na última seção). Em Kayne (1980) igualmente há uma generalização interessante: as línguas que admitem sujeitos nulos também aceitam a inversão do sujeito, isto é, o sujeito pode aparecer à direita do verbo numa língua supostamente de tipo SVO, dando lugar a uma ordem de palavras como VS(O); essa ordem de palavras é impossível em línguas que não admitem sujeitos nulos.

O parâmetro do sujeito nulo é então, na formulação clássica de Rizzi (1982), uma propriedade do núcleo flexional I (que na época tinha por nome INFL), que *pode ser* [+pronominal] e, em sendo [+pronominal], também *pode ser* [+referencial]; portanto, o sujeito nulo só será licenciado em uma língua que tem a flexão [+pronominal] para reger essa categoria vazia que ocupa a posição sujeito tanto no caso da omissão quanto no caso da inversão do sujeito, tornando assim possível a extração, que se dá sempre dessa posição invertida. Note-se que já existia nesses primórdios da formulação do parâmetro a observação de que há línguas que permitem a omissão de qualquer tipo de sujeito, mas há línguas que admitem apenas a omissão de sujeitos expletivos, como é o caso do alemão; e a formulação modalizada da propriedade do núcleo flexional mostra que também o papel da flexão dita “rica” não é tão determinístico quanto supunha a tradição gramatical<sup>3</sup>, porque pelo menos um dos lados da implicação é claramente falso: a existência de sujeitos nulos não está restrita ao contexto de flexão “rica”, como demonstrado pela existência de argumentos nulos em chinês, uma língua sem qualquer vestígio de flexão.

Chomsky (1982) sistematiza o quadro de categorias vazias da teoria e é assim que aparece *pro*, o pronominal nulo, uma categoria especialmente talhada para ocupar a posição canônica de sujeito nas línguas de sujeito nulo como o italiano ou o português europeu (doravante PE). No entanto, os anos 80 foram mostrando que, tal como formulado, o parâmetro do sujeito nulo não poderia dar conta da distribuição dessa categoria vazia puramente pronominal em geral (já que se havia notado a existência de pronominais nulos em posições sem qualquer relação direta com a flexão verbal), o que leva o próprio Rizzi a promover um refinamento da teoria de *pro*, de modo a contemplar argumentos nulos de um modo geral. Nessa nova visão, apresentada em Rizzi (1986), a categoria vazia pronominal é tratada a par com todas as outras categorias vazias; é assim necessário explicitar um modo de licenciar sua presença, antes de tudo, e, a seguir, um modo de garantir-lhe a interpretação adequada. O que é parametrizável agora é o conjunto de licenciadores de *pro* (e por licenciador entenda-se o núcleo que lhe atribui Caso): a flexão pode ser o licenciador numa dada língua, o verbo pode sê-lo

<sup>3</sup> A tradição gramatical que transparece nas nossas gramáticas escolares liga de uma maneira relativamente direta a possibilidade de um sujeito “oculto” à presença de morfologia flexional suficientemente distintiva sobre o verbo, de modo a identificar de imediato a pessoa e o número do sujeito.

em outra, e assim por diante. A identificação é uma questão independente: *pro* herdará os valores dos traços-phi do seu núcleo licenciador; se o núcleo em questão não tiver traços-phi, a interpretação de *pro* será *default*, presumivelmente a interpretação arbitrária. Assim, ao final dos anos 80, o parâmetro do sujeito nulo pode ser mais bem descrito como um subcaso de uma teoria de argumentos nulos; e há que se notar que a introdução de uma interpretação *default* permite agora abordar outro tipo de sujeito nulo que aparece em algumas línguas, as línguas de *pro-dop* parcial, uma possibilidade inexistente anteriormente.

Os anos 90 vão presenciar ajustes substanciais na teoria, que vieram na forma de um programa de pesquisa, conhecido como programa minimalista (doravante PM). Embora o PM trabalhe pouco sobre a questão paramétrica de maneira geral, há uma revisão do conceito de parâmetro, conhecida como conjectura Borer-Chomsky (cf. Baker 2008), segundo a qual a variação deve ser atribuída a diferenças nos traços de núcleos particulares (por exemplo, os núcleos funcionais) no léxico, uma formulação que numa larga medida desloca a variação para o léxico. Dentro dessa nova concepção, ganha força a ideia de que o que temos na verdade não é um grande parâmetro cuja fixação terá como consequência a presença de muitas propriedades visíveis numa língua (e sua ausência em outras), mas, ao contrário, grupos de pequenos parâmetros que se organizam, cada um, em torno de um traço funcional. Roberts & Holmberg (2010) têm uma proposta interessante de como se aninham esses micro-parâmetros de modo a fornecer o conjunto de propriedades que se observam nas línguas com respeito ao sujeito nulo; essa proposta é capaz também de contemplar línguas como o chinês, que admitem argumentos nulos sem que a flexão verbal tenha qualquer papel no fenômeno.

Mas a definição de parâmetro não é o único problema que encontramos no PM para o tratamento dado ao sujeito nulo no quadro delineado por Rizzi (1986): como observado com muita precisão por Holmberg (2005), numa teoria que diferencia traços interpretáveis de não interpretáveis, como o PM a partir de Chomsky (1995), não é mais possível manter a visão clássica de *pro* como uma categoria vazia inerentemente não especificada, que herda seus traços do núcleo que lhe atribui Caso. A razão dessa impossibilidade é que, por definição, os traços-phi em T são não interpretáveis e assim *pro*, tendo também ele traços-phi não especificados, não teria como obter esses valores de T. Claro, é possível defender que o sujeito nulo é especificado para traços-phi interpretáveis (a hipótese B de Holmberg 2005, afinal adotada por ele), mas isso quer dizer, a rigor, que *pro* é um pronome lexical que não é pronunciado em PF, um modo de ver as coisas que nos distancia da formulação do parâmetro avançada em 1986.

E, como bem nota D'Alessandro (2014), defender a existência e a validade do parâmetro do sujeito nulo implica trabalhar em duas frentes distintas: é preciso responder à contra evidência empírica (em particular no que tange à correlação das propriedades, mas também ao fato de existirem línguas de sujeito nulo parcial, como é o caso do português brasileiro, doravante PB, que se distingue de casos como o do alemão, de sujeito nulo expletivo apenas) e também à contra evidência teórica (dentro da própria teoria, por conta dos desdobramentos teóricos que comprometem a existência mesma de uma categoria vazia do tipo de *pro*, como acabamos de ver, ou a dificuldade de dar estatuto teórico claro ao que vem a ser

“riqueza” flexional, agravada pelo fato de existirem línguas de sujeito nulo que não apresentam qualquer flexão, como o chinês). Vamos examinar brevemente aqui no final desta seção o problema empírico, guardando para as próximas seções a discussão sobre os pontos teóricos dessa defesa.

No centro da polêmica travada por Newmeyer e Roberts & Holmberg entre os anos 2004 e 2010 está o trabalho de Gilligan (1987, citado por Roberts & Holmberg 2010) que, numa amostra de cem línguas com sujeito nulo provenientes de diferentes famílias linguísticas, testa a presença das correlações de propriedades hipotetizadas por Rizzi (1982) – isto é: sujeito nulo referencial > sujeito nulo expletivo > inversão livre > extração do sujeito encaixado (*that-t effect*), ou seja, a implicação seria que a língua que tem sujeito nulo referencial deve ter todas as outras propriedades; a que não tem sujeito nulo referencial mas tem sujeito nulo expletivo também teria inversão livre (que só precisaria supostamente de um expletivo para preencher a posição canônica de sujeito), e a inversão seria necessária para garantir a extração do sujeito, dado que a extração se faz da posição invertida. A conclusão de Gilligan (1987) é que as únicas correlações que efetivamente se sustentam são entre sujeito nulo referencial e sujeito nulo expletivo e entre sujeito nulo referencial e inversão do sujeito (em menor escala também há correlação entre sujeitos nulos expletivos e inversão); crucialmente, não há correlação entre sujeito nulo expletivo e extração do sujeito ou, ainda pior, entre inversão e extração do sujeito. Ora, essa última é uma ausência significativa, pois está no centro da análise de extração promovida por Rizzi (1982); e há que se notar que o PB mesmo seria um contraexemplo para essa correlação, dado que admite extração mas não tem inversão livre, como atestam os exemplos em (1) abaixo:

- (1) a. Quem você acredita que comprou essa casa?  
b. \* Comprou essa casa o Pedro.

Esse tipo de problema, que mostra em última análise que a formulação clássica do parâmetro, correlacionando fortemente várias propriedades, é inadequada, leva Newmeyer a abandonar a noção de parâmetro em prol da noção de regra para descrever a variação entre as línguas. No entanto, como argumentam Roberts e Holmberg (2010), regras resolvem problemas isolados e não fazem qualquer predição sobre coocorrência de propriedades; e o fato mesmo de algumas correlações se sustentarem mostra que a abordagem paramétrica é válida e superior à de regras.

O problema com trabalhos como o de Gilligan (1987), segundo Roberts & Holmberg (2010), é que apenas as propriedades em discussão foram controladas, não outros aspectos gerais da sintaxe dessas línguas, que podem interferir diretamente nos resultados. Por exemplo, o estudo do PB feito por Figueiredo Silva (1996) mostra que nesta língua não existe atribuição de Caso Nominativo à direita (sob regência, segundo a análise em voga na época) e este é um fator complicador para a inversão do sujeito, independentemente de existir ou não uma categoria vazia apta a preencher a posição canônica de sujeito quando o DP lexical está em outro lugar na frase. Evidentemente, essa análise pode estar equivocada, mas o ponto ilustrado permanece o mesmo: é preciso conhecer bem mais da sintaxe da língua para poder fazer qualquer asserção sobre seu sujeito nulo e as propriedades a ele correlatas.

## 2.2 Uma tipologia de sujeitos nulos

Não há dúvida de que uma das grandes contribuições que deu o projeto desenvolvido em Cambridge desde o início do século XXI por Teresa Biberauer, Ian Roberts e Anders Holmberg é a tentativa de estabelecer uma tipologia clara dos sujeitos nulos existentes nas línguas humanas e, mais particularmente, um tratamento longo e detalhado dos assim chamados sujeitos nulos parciais.

Basicamente, os estudos da última década parecem apontar para a existência de cinco tipos de línguas:

- (a) línguas de sujeito nulo consistente, em que sujeitos nulos referenciais poderiam ser nulos (na situação discursiva adequada), como o italiano ou o PE; aqui é a flexão dita “rica” que garante a interpretação para eles;
- (b) línguas de sujeito nulo radical, em que argumentos em geral podem ser nulos, como o chinês ou o japonês; nessas línguas não há qualquer marca flexional para garantir sua interpretação, advinda então do discurso, ao que tudo indica;
- (c) línguas de sujeito nulo parcial, em que sujeitos nulos referenciais são possíveis, mas num conjunto bastante restrito de contextos, ou com interpretação genérica ou indefinida, como o PB ou o finlandês; essas línguas não apresentam flexão “rica” como a do italiano, por exemplo;
- (d) línguas de sujeito nulo expletivo, em que apenas expletivos podem ser nulos, jamais sujeitos com interpretação referencial, como é o caso do alemão ou do crioulo haitiano; essas línguas tampouco desfrutam de sistemas flexionais ricos, ainda que haja bastante variação no número e tipo de marcas flexionais encontradas;
- (e) línguas sem sujeito nulo, em que nenhum tipo de sujeito nulo é admitido, como é o caso do inglês ou do francês; nelas o sistema flexional é reconhecidamente empobrecido.

As propriedades observadas nos sujeitos nulos parciais podem ser exemplificadas pelo PB – trabalhos sobre a expressão do sujeito nessa língua como os de Duarte (1995), Figueiredo Silva (1996), Ferreira (2004), Rodrigues (2004), Modesto (2009), entre muitos outros, vêm constituindo uma base empírica sólida, que permite uma descrição abrangente dos fatos, embora a análise para eles não seja consensual. Nessa língua, é fato que sujeitos nulos matrizes com interpretação referencial em contextos *out-of-the-blue* são agramaticais (ou pelo menos marginais no caso da primeira pessoa), como mostram (2a, b); a única possibilidade, nesses casos, é a interpretação genérica que vemos em (2c), uma observação que remonta a Galves (2001) e que é, segundo Holmberg (2010), uma propriedade definitiva de línguas de sujeito nulo parcial <sup>4</sup>:

- (2) a. \* Todo dia come pizza.
- b. ?? Todo dia como pizza.
- c. Aqui *ec*<sub>arb</sub> conserta sapato.

<sup>4</sup> Um parecerista anônimo observa que a introdução de um locativo em (2a) torna a sentença gramatical, e este locativo nem mesmo precisa estar em Spec TP:

(i) Todo dia come pizza aqui em casa/ nesse lugar / aqui

Há que se observar, no entanto, que a sentença (i) coloca em jogo a mesma interpretação genérica que vemos em (2c), que aparentemente depende, entre outras coisas, do aspecto exibido pelo presente do indicativo ou pelo pretérito imperfeito, mas crucialmente não pelo pretérito perfeito, onde deveríamos ter, portanto, apenas a interpretação referencial, já impossível no PB:

(ii) \* Todo dia comeu pizza aqui em casa / nesse lugar / aqui



E, embora boa parte da literatura sobre o PB dos anos 80 e mesmo 90, como também o próprio Holmberg (2010), entenda que em (2c) temos um pronominal nulo em Spec TP, uma análise alternativa para essas sentenças advoga que esta é uma construção de alçamento do locativo para Spec TP (cf. Pilati 2006, Avelar e Galves 2011, entre outros). De fato, como observam Duarte & Figueiredo Silva (2016), não apenas o alçamento do locativo mas também de um possuidor são parte da gramática inovadora do PB frente ao PE, como já notado por Pontes (1987):

- (3) a. Essas casas batem sol.  
 b. O meu pente quebrou o cabo.

Por outro lado, em contextos de diálogos, por exemplo, sujeitos nulos matrizes definidos são admitidos, como se vê em (4a), uma possibilidade aberta também para sujeitos nulos encaixados em sentenças completivas, desde que um tópico discursivo suficientemente proeminente esteja presente; contudo, como mostra o par em (4c,d), a intervenção de certos tipos de sintagmas favorece não a correferência com o sujeito matriz mas a interpretação arbitrária para o sujeito nulo encaixado, um fato notado primeiramente por Modesto (2000):

- (4) a. A: Cadê a Maria<sub>1</sub>?  
 B: *ec*<sub>1</sub> saiu.  
 b. A Maria<sub>1</sub>, eu acho que *ec*<sub>1</sub> saiu.  
 c. O João<sub>1</sub> disse que *ec*<sub>1/\*2/?arb</sub> vende sanduíche na praia.  
 d. O João<sub>1</sub> disse que na praia *ec*<sub>arb/\*1/\*2</sub> vende sanduíche.

Aliás, para que os sujeitos nulos encaixados possam ser interpretados como correferentes ao sujeito matriz, eles devem respeitar certas condições estruturais de boa formação. Os exemplos em (5) foram extraídos de Ferreira (2004), mas esses mesmos fatos já tinham sido notados por Figueiredo Silva (1996): (5a) mostra que o sujeito nulo encaixado deve ser correferente ao sujeito da sentença imediatamente mais alta, (5b) mostra que ele deve ser c-comandado pelo seu antecedente e (5c) mostra que não são admitidos antecedentes cindidos:

- (5) a. O João<sub>1</sub> disse que a Maria<sub>2</sub> acha que *ec*<sub>\*1/2</sub> é esperto.  
 b. \* A mãe do João<sub>1</sub> acha que *ec*<sub>1</sub> é esperto.  
 c. \* O João<sub>1</sub> disse que a Maria<sub>2</sub> acha que *ec*<sub>1+2</sub> são espertos.

O PB tampouco respeita o Princípio conhecido como Evite Pronome, pois permite um pronome na posição de sujeito encaixado correferencial ao sujeito matriz sem qualquer efeito de ênfase ou foco, como mostra (6a), e exige a presença do pronome mesmo quando seu antecedente é uma expressão quantificada, mas não se encontra na sentença imediatamente mais alta, como vemos em (6b):

- (6) a. O professor<sub>1</sub> pensa que ele<sub>1</sub> é inteligente.  
 b. Cada professor<sub>1</sub> pensa que a Maria disse que ele<sub>1</sub> é inteligente.

Além disso, como notado primeiramente por Moreira da Silva (1983) e discutido por Negrão & Viotti (2000), há uma assimetria significativa na interpretação de sujeitos nulos e sujeitos preenchidos em posição encaixada. Tomando novamente os exemplos de Ferreira (2004), observa-se que sentenças como (7a) significam que o João é a única pessoa que acredita na vitória dele (sendo falsa, portanto, se mais alguém acredita na vitória de João); por outro lado, sentenças como (7b) significam que o João é a única pessoa autoconfiante na corrida (e seria falsa se mais alguém acreditasse na própria vitória):

- (7) a. Só o João<sub>1</sub> acha que ele<sub>1</sub> vai ganhar a corrida  
 b. Só o João acha que *ec* vai ganhar a corrida

Também com respeito à possibilidade de leituras *strict* e *sloppy*, o sujeito nulo encaixado é diferente do sujeito encaixado preenchido por um pronome lexical: (8a) é ambígua, admitindo tanto a interpretação em que a Maria pensa que o João vai vencer a corrida (a leitura *strict*) quanto a interpretação em que a Maria pensa que ela é que vai vencer a corrida (a leitura *sloppy*). No entanto, (8b) não é ambígua e admite apenas a interpretação *sloppy*, isto é, a interpretação segundo a qual a Maria pensa que ela mesma vai ganhar a corrida:

- (8) a. O João acha que ele vai ganhar a corrida e a Maria também.  
 b. O João acha que *ec* vai ganhar a corrida e a Maria também.

Há ainda outro conjunto de dados com verbos bitransitivos de complemento sentencial, que mostra propriedades igualmente surpreendentes para um sujeito nulo canônico. Como observado por Modesto (2004), quando o complemento aparece em sua forma infinitiva, o sujeito é controlado pelo objeto, como se vê em (9a); contudo, quando o complemento é finito, o sujeito matriz passa a ser o antecedente preferencial para o sujeito nulo na sentença complemento, como mostra (9b). Mais interessante ainda é que, se o objeto matriz é interrogado como em (9c), ou é relativizado como em (9d), ou é clivado como em (9e), novamente é ele que se torna o antecedente do sujeito nulo encaixado:

- (9) a. O Feco<sub>1</sub> convenceu a Dani<sub>2</sub> a *ec*<sub>\*1/2/\*3</sub> ganhar o campeonato  
 b. O Feco<sub>1</sub> convenceu a Dani<sub>2</sub> que *ec*<sub>1/\*2/\*3</sub> ganhou o campeonato  
 c. Quem<sub>2</sub> que o Feco<sub>1</sub> convenceu *t*<sub>2</sub> que *ec*<sub>\*1/2</sub> pode se eleger?  
 d. O cara<sub>2</sub> que o Feco<sub>1</sub> convenceu *t*<sub>2</sub> que *ec*<sub>\*1/2</sub> pode se eleger já chegou  
 e. Foi a Dani<sub>2</sub> que o Feco<sub>1</sub> convenceu *t*<sub>2</sub> que *ec*<sub>\*1/2</sub> pode se eleger

Assim, ainda que o sujeito matriz seja o candidato preferencial a antecedente do sujeito nulo encaixado, certas configurações sintáticas podem alterar essa preferência.

Por conta desse conjunto de fatos (que não recobre todos os casos possíveis, deixando de lado, por exemplo, sujeitos nulos dentro de ilhas fortes ou fracas), não é claro que análise deve ser oferecida para os sujeitos nulos PB – e, de resto, para as outras línguas de sujeito nulo parcial. Já Moreira da Silva (1983) havia observado que os sujeitos nulos do PB se comportavam em certos contextos como anáforas e em certos casos como variáveis, uma análise também desenvolvida por Figueiredo Silva (1996). Mais recentemente, os estudiosos têm tentado formular uma análise única, seja sugerindo



movimento A – como Ferreira (2004) e Rodrigues (2004) –, seja sugerindo que se trata de uma dependência A-barra, como Modesto (2000, 2009).

Em linhas gerais, podemos resumir essas análises do seguinte modo: Ferreira (2004) e também Rodrigues (2004) adotam a hipótese de Hornstein (1999), que explica o controle obrigatório por meio da hipótese de que funções temáticas são traços formais e, portanto, o movimento para posições temáticas é admitido desde que em conformidade com a Condição de *Last Resort*; assim, o que temos em PB (e também em finlandês, de acordo com Rodrigues 2004) nos casos em que o sujeito nulo encaixado é correferencial ao sujeito matriz é movimento A do sujeito encaixado para a posição de sujeito matriz, isto é, uma cópia criada no curso da derivação – uma opção aberta apenas para línguas que permitem que T finito seja instanciado como um conjunto incompleto de traços-phi.

Por outro lado, para Modesto (2004), o sujeito nulo encaixado correferente ao sujeito matriz se obtém porque o PB (como o finlandês e também o chinês) é uma língua de proeminência de tópico, o que se traduz pela presença de um núcleo F acima de TP sempre com um traço de tipo EPP, que obriga a projeção de seu especificador e o movimento de algum sintagma para essa posição. O sujeito matriz é um tópico não marcado e pode ir ocupar Spec FP, de onde pode vincular o sujeito nulo encaixado, que é analisado aqui, seguindo Holmberg (2005), como um conjunto não referencial de traços-phi, um phi-P.

Colocando lado a lado as análises para sentenças como (4b), repetida abaixo como (10a) – onde os índices indicam apenas que os sujeitos são correferentes –, temos que a análise de movimento A (isto é, de cópias criadas no curso da derivação) fornece uma representação como a que vemos em (10b), enquanto a análise envolvendo um tópico discursivo, que coloca em jogo o movimento A-barra do sujeito matriz e também do encaixado, fornece a representação que se vê em (10c):

- (10) a. O João<sub>1</sub> disse que *ec*<sub>1</sub> viajou.  
b. [<sub>TP</sub> O João T [<sub>VP</sub>  $\Theta$ -João disse [<sub>CP</sub> que [<sub>TP</sub>  $\Theta$ -João T [<sub>VP</sub>  $\Theta$ -João viajou ]]]]]  
c. [<sub>FP</sub> O João [<sub>TP</sub> *t*<sub>DP</sub> disse [<sub>CP</sub> que [<sub>FP</sub> *ec* [<sub>TP</sub> *t*<sub>ec</sub> viajou ]]]]]

Embora para o conjunto de fatos exemplificados por (5), (7), (8) e evidentemente por (10a) tanto a hipótese de movimento A quanto a de movimento A-barra tenham análises consistentes a oferecer, não é claro que essas duas hipóteses sejam capazes de recobrir os mesmos fatos – em particular, algo a mais deve ser dito pela análise de movimento A para contemplar os casos de sentenças com controle do objeto, como as que estão em (9c,d,e). A escolha por uma dessas hipóteses ainda é sujeita a debate, na dependência inclusive dos desdobramentos teóricos do PM.

### 3 POSIÇÕES DO SUJEITO, REALIZADO OU NULO

Durante os anos 80, com a implementação da Teoria X-barra também no domínio funcional, não havia dúvida de que a posição canônica do sujeito era o especificador do núcleo flexional anteriormente chamado INFL. Essa era a posição em que o sujeito de verbos transitivos era gerado, sendo uma

posição derivada apenas no caso de verbos ou construções inacusativas, como a passiva. No entanto, num texto histórico que circulou no final dos anos 80, Koopman & Sportiche (1991) argumentaram longa e convincentemente em prol do caráter de alçamento dessa projeção flexional, defendendo que todos os sujeitos na verdade eram derivados; sua posição de base seria sempre dentro do VP, como argumento externo ou, na falta deste, como argumento interno do verbo, de onde seria alçado para Spec IP.

Se a posição de base do sujeito era interna ao VP, logo se colocou a discussão a respeito da posição do sujeito invertido. Há razões para crer que existe uma posição deslocada à direita, também chamada de anti-tópico, como se vê em (11a), que é inclusive compatível com a retomada pronominal na posição de sujeito canônica pré-verbal; por outro lado, há quem defenda que a posição de sujeito invertido é a posição de base do argumento dentro do VP mesmo (cf. Costa, 1998), o que parece particularmente apropriado no caso de verbos inacusativos no PB, como mostra (11b); mas há também um entendimento de que a posição invertida é uma posição de focalização baixa, como defendido pelo Projeto Cartográfico (cf. Belletti 2001), uma análise que tem o seu trecho relevante reproduzido em (11c):

- (11) a. (Elas) estão comendo muito chocolate, essas crianças.  
 b. Caiu um avião  
 c. (Chi ha parlato?) Ha parlato [<sub>FocusP</sub> Gianni<sub>k</sub> [<sub>VP</sub> ... t<sub>k</sub> ... ]]

Por outro lado, durante os anos 90, formou-se um consenso em torno da ideia de que o campo do sujeito pré-verbal também não é uno: há mais de uma posição para ser ocupada pelo DP nominativo à esquerda do verbo flexionado. Muitas formulações dessa ideia estão disponíveis na literatura; uma delas é a de Cardinaletti (2004), segundo a qual existe uma posição mais alta de sujeito, Spec SubjP, e uma posição mais baixa, Spec AgrP. A posição mais alta é onde se aloja o sujeito da predicação, uma posição reservada para formas fortes e, portanto, referenciais; é nela que se encontram o sujeito da classe de verbos psicológicos que vemos em (12a), o PP frontado em construções inacusativas como (12b) e o sujeito das sentenças copulares inversas, apresentada em (12c), estudadas a fundo por Moro (1997). A posição mais baixa de sujeito, Spec AgrP, é a posição do sujeito gramatical, que aceita formas fortes e fracas e, assim, aceita também sujeitos não referenciais, como em (12d).

- (12) a. A Gianni piaceva la musica  
 b. A Gianni è capitata una disgrazia  
 c. La causa della rivolta sono Gianni e Maria.  
 d. There is hope.

A título de ilustração, a análise de (12c) é dada em (13) abaixo – exemplo (36) de Cardinaletti (2004:125):

- (13) [<sub>SubjP</sub> la causa della rivolta<sub>k</sub> [<sub>AgrSP</sub> *pro*<sub>expl</sub> sono [<sub>SC</sub> Maria e Gianni t<sub>k</sub> ]]]

Cabe aqui frisar dois pontos: essas duas posições estão dentro do domínio de IP, o que quer dizer que há ainda as posições de tópico e foco na periferia esquerda, disponíveis para qualquer sintagma

da sentença, incluindo seus sujeitos. Além disso, para esta hipótese, esse conjunto de posições está disponível para qualquer língua natural e assim, a diferença entre línguas de sujeito nulo e línguas que não aceitam sujeito nulo se reduz à natureza do núcleo flexional, não às posições de sujeito disponíveis na sentença.

Essa não é, todavia, uma hipótese consensual. Há uma vertente com raízes no trabalho de Borer (1986) que hipotetiza que, numa língua de sujeito nulo, a natureza da flexão é tal que se comporta como um pronome definido, referencial, podendo inclusive receber um papel temático, apesar de sua natureza afixal; assim, nessas línguas, não se projeta Spec IP – o nome do texto de Borer é muito sugestivo: *I-subjects*. Há, portanto, uma diferença crucial na estrutura mesma da sentença entre línguas que não têm sujeito nulo e línguas que os têm.

Essa vertente tem sido perseguida por vários estudiosos, como Zubizarreta (1998) e Alexiadou & Anagnostopoulou (1998, 1999), incluindo igualmente pesquisadores portugueses (como Barbosa 1995, 2009) e brasileiros (como Kato 1999)<sup>5</sup>. Na versão minimalista, a implementação da proposta é como segue: línguas de sujeito nulo consistente não têm traço EPP para ser checado em Spec TP (por hipótese, a morfologia rica permite que o traço EPP seja satisfeito por incorporação a T); em outras palavras, seus sujeitos não vão para TP. Se eles aparecem pré-verbalmente, estão numa posição deslocada à esquerda, fora da sentença – sentenças SVO são instanciações de *Clitic Left Dislocation* (CLLD) ou de extração A-barras (no caso de quantificadores negativos, por exemplo). Nessa visão, evidentemente não existe *pro* expletivo, e *pro* argumental tem o mesmo estatuto que as categorias vazias associadas com os clíticos em geral.

Barbosa (2009) fornece um conjunto de evidências para sustentar essa hipótese, incluindo um tratamento extensivo para o sistema de clíticos do PE, dado que o contraste entre próclise e ênclise é revelador, segundo Barbosa (2009), da posição ocupada pelo sujeito. Uma boa parte da sua argumentação, no entanto, está voltada para mostrar as diferenças que existem entre deslocamento à esquerda do sujeito e o deslocamento de outros constituintes, como os objetos.

Contudo, como argumentam Duarte & Figueiredo Silva (2016), é difícil sustentar que a posição do sujeito em línguas de sujeito nulo, no PE em particular, não é uma posição argumental dentro da sentença. Uma miríade de evidências parece corroborar essa intuição clássica: fatos envolvendo a concordância sujeito-verbo, assimetrias relacionadas a efeitos de minimalidade, contrastes entre contextos de aparente hiperalçamento e sentenças SV triviais, reconstrução, comportamento de QPs negativos, fronteamo múltiplo e sentenças optativas sem complementizador. Vejamos, a título de ilustração, os dois primeiros fenômenos.

Um fato bastante interessante do PE (mas que aparece também no dialeto falado em Ancona, segundo Cardinaletti 1997) é que a concordância de 3ª pessoa do plural pode não aparecer com sujeitos invertidos de verbos inacusativos, como (14a), mas isso é impossível com sujeitos pré-verbais, como

<sup>5</sup> Um parecerista anônimo faz notar que a ideia de que a morfologia da flexão pode satisfazer o EPP aparece primeiramente em Viotti (1999) no contexto de sentenças existenciais.

mostra (14b), um contraste inesperado se sujeitos pré-verbais estão deslocados à esquerda <sup>6</sup>.

- (14)            a. ? Chegou três pessoas.                            a'. Chegaram três pessoas  
                  b. \* Três pessoas chegou                        b'. Três pessoas chegaram

Esses fatos relativos à concordância sugerem fortemente que traços-phi ricos em T (para usar a nomenclatura minimalista) não se comportam como pronomes, porque a sensibilidade do traço de número à posição do DP sujeito seria muito difícil de explicar nesse quadro, enquanto a hipótese de que há um *pro*<sub>expl</sub> que é de 3ª pessoa do singular ocupando a posição de sujeito pré-verbal nos casos de inversão explica o paradigma em (14) de maneira direta.

Vários autores, incluindo Duarte (1987) no seu estudo sobre o PE, já notaram que há assimetrias com respeito aos efeitos de minimalidade quando considerados sujeitos pré-verbais e outros sintagmas deslocados à esquerda. Como mostram os exemplos em (15), um sujeito pré-verbal pode intervir entre um sintagma WH e o verbo, mas outro tipo de sintagma deslocado à esquerda não pode – exemplo extraído de Duarte & Figueiredo Silva (2016:235):

- (15)            a. Perguntei que livro o Pedro leu.                            (PE)  
                  b. \* Perguntei que livro, à Maria, lhe deram                        (PE)

A explicação para esse contraste é imediata se, na sentença encaixada, o sujeito pré-verbal ocupa uma posição A, interna ao IP, diferentemente do que ocorre com o sintagma dativo deslocado à esquerda (no caso, retomado por um clítico), que ocupa uma posição A-barra, dando lugar aos efeitos de minimalidade usuais.

Finalmente, é interessante retomar aqui uma observação de Roberts (2010), que defende uma teoria segundo a qual *pro* é um pronome fraco, sendo um alvo deficiente que sofre apagamento onde T tem o traço D. Em sua teoria, T só pode ter traços D se nenhum de seus traços-phi sofreu empobrecimento pré-sintático (cf. Muller 2005). Ora, se o empobrecimento é pré-sintático, então a operação de apagamento que dá ensejo ao sujeito nulo poderia ter lugar na sintaxe, resultando em algo muito parecido com a configuração fornecida pela hipótese do sujeito-I mas agora em LF, o que é bem interessante já que, como nota Roberts (2010:85), uma boa parte dos argumentos em defesa dos *I-subjects* são de cunho semântico, invocando a interpretação focalizada ou topicalizada dos sujeitos realizados, interações de escopo entre sujeitos visíveis e quantificadores em alguma outra posição na sentença, assimetrias entre sujeitos quantificados referenciais e não-referenciais e restrições na interpretação de pronomes como variáveis vinculadas. Novamente, essa é uma direção para a pesquisa futura que pode se revelar extremamente frutífera.

#### 4 UM POUCO DE MORFOLOGIA

A formulação clássica do parâmetro do sujeito nulo de Rizzi (1982:143) estabelece que o núcleo flexional pode ser especificado como [+pronominal] e, sendo [+pronominal], pode ser referencial.

<sup>6</sup> As sentenças em (14) trazem os julgamentos dos falantes nativos de PE; em PB, os julgamentos são distintos.

Sujeitos nulos definidos só são licenciados quando regidos por um núcleo [+pronominal] e [+referencial]; portanto, a flexão é rica quando é [+pronominal] e [+referencial], como no caso do italiano. Se a flexão não for [+referencial], a língua ainda pode admitir sujeitos nulos, mas apenas de tipo expletivo (isto é, não referenciais), como é o caso do alemão. Não é muito claro, no entanto, exatamente que características tem que ter a morfologia verbal para que INFL seja [+pronominal] e [+referencial].

Rizzi (1986), um artigo que versa afinal sobre licenciamento de objetos nulos arbitrários em italiano analisados como casos de *pro*, é mais positivo na formulação do que conta como riqueza morfológica para fins de licenciamento dos agora pronominais nulos, apresentando um sistema que pode também contemplar a interpretação arbitrária de *pro*, ao lado da referencial e da expletiva. Aqui, as interpretações de *pro* podem ser caracterizadas por meio dos traços [+/- referencial] e [+/- argumental], que vão corresponder a especificações gramaticais mais ou menos ricas: ele será [+referencial] somente se tiver a especificação de pessoa e será [+argumental] somente se tiver a especificação de número (cf. Rizzi 1986:540-45). Como *pro* não tem quaisquer traços, eles serão herdados do núcleo que lhe atribui Caso – o que quer dizer INFL quando falamos de *pro* na posição de sujeito.

É preciso aqui atentar para dois pontos: o primeiro é que toda a discussão sobre a distribuição de *pro* em Rizzi (1986) mostra que o problema da interpretação é apenas uma parte da questão. Na verdade, sem que certas condições de boa formação estrutural sejam garantidas, ou seja, sem que o licenciamento formal seja possível na língua, a existência de morfologia distintiva quer dizer pouco – o inglês tem uma marca distintiva de terceira pessoa do singular no presente do indicativo, mas nem por isso admite sujeito nulo. Aliás, o que o inglês mostra é ainda mais interessante: como caso geral, a decisão paramétrica é tomada para o paradigma todo, não para instanciações particulares de um ou outro conjuntos de traços.

O segundo ponto é que, mesmo sendo muito explícito com respeito ao que deve conter a morfologia verbal de uma língua para que seja considerada “rica”, ainda assim o que Rizzi (1986) sugere não é facilmente mensurável nas línguas, se é verdade que a riqueza teria que ser aferida em todas as formas verbais. Evidentemente, pode ser que o problema seja mais simples, porque é um problema que a criança tem que resolver durante a aquisição e, portanto, não pode depender de uma varredura completa do sistema verbal. Contudo, ainda assim não é muito claro onde devemos ir fazer a conta: sempre no presente do indicativo? Em todas as línguas? Note-se que as línguas são bastante distintas com respeito à extensão do uso do presente simples, ainda que ele seja inegavelmente um tempo verbal disponível em todas elas.

Tampouco é claro o que concluir quando temos um caso de sincretismo numa das pessoas, tornando-a indistinta de outra – o traço de pessoa não seria sistematicamente representado nesse caso? Isso seria fatal para comprometer a “riqueza”? O lugar onde aparecem as formas sincréticas seria relevante para fechar a conta? Mais especificamente, o singular é mais relevante que o plural? Talvez um olhar sobre a aquisição da linguagem pudesse ser de grande ajuda aqui, mas precisaríamos saber exatamente o que procurar...

Há tentativas valorosas de calcular a “riqueza” sem entrar nas filigranas de cada sistema flexional. O trabalho de Jaeggli & Safir (1989) é, sem dúvida, a tentativa mais bem acabada de calcular “riqueza”, porque olha a constituição morfológica das formas verbais, não as formas individuais. Assim, é “rico” o paradigma que é morfológicamente uniforme, contendo apenas formas derivadas (isto é, formas compostas por raiz mais afixos) ou apenas formas não derivadas (a raiz nua). Essa hipótese é interessante porque avança uma explicação para as línguas de *pro-drop* radical, como o chinês, que permitem sujeitos nulos sem qualquer morfologia. Contudo, há que se notar que línguas como o chinês admitem igualmente objetos nulos sem nenhuma relação com o sistema flexional (que é, aliás, muito pobre em geral) e que o tipo de estratégia que está em jogo aqui provavelmente é de cunho discursivo, dependente da presença de um tópico saliente, não de marcas flexionais.

Além disso, é preciso salientar que na proposta de Jaeggli & Safir (1989) não há lugar para as línguas de sujeito nulo parcial, como o PB, por conta da formulação tudo-ou-nada que eles dão para a propriedade morfológica – que, aliás, sofre de alguma imprecisão, porque a rigor, nas línguas românicas, todas as formas flexionais seriam derivadas (não é possível, nessas línguas, uma forma verbal constituída puramente da raiz verbal; pelo menos uma vogal temática deve aparecer para “fechar” morfológicamente a forma) e ainda assim o francês não admite sujeitos nulos. Talvez uma alteração simples na formulação – em vez de fazer referência a “raízes”, fazer referência a “radicais” – resolva o problema mencionado, mas é possível que a imprecisão permaneça, dada a dificuldade em definir “radicais” nas línguas do mundo <sup>7</sup>. Evidentemente, outros estudiosos já se debruçaram sobre essas questões – as teses de Bobaljik (cf. Bobaljik 1995) e de Rohrbacher (cf. Rohrbacher 1999) são grandes exemplos – mas o problema da relação entre sujeitos nulos e riqueza morfológica ainda não é matéria vencida, inclusive porque ele se entrelaça com outra questão, que é a do movimento do verbo (cf. a recente discussão em Koenen & Zeijlstra, 2014), que decidimos não abordar neste trabalho.

De qualquer modo, há um problema adicional aqui, mencionado por Müller (2005): quando se fala em riqueza da morfologia flexional, o que é pressuposto no mais das vezes é um conceito de paradigma verbal muito próximo daquilo que aparece nas gramáticas tradicionais, que é em última análise um modo de organizar a informação flexional mais complexa. O conceito mesmo de paradigma tem sido escrutinado desde pelo menos o começo dos anos 80 (cf. o trabalho de Carstairs 1987) e mais recentemente tem sido revisto pelas teorias morfológicas, como a Morfologia Distribuída (cf. Halle & Marantz 1993 e trabalhos subsequentes) que atribuem a este objeto o caráter de um epifenômeno, sem qualquer significância teórica mais profunda <sup>8</sup>.

Müller (2005), movendo-se exatamente no quadro da Morfologia Distribuída, avança uma hipótese para tratar do problema da riqueza morfológica segundo a qual não cabe olhar – e contar – as distinções flexionais em si, mas examinar uma propriedade mais abstrata dos inventários morfológicos, que se liga em última instância a que tipo de operação morfológica as formas flexionais da língua sofreram.

<sup>7</sup> Como bem lembra um parecerista anônimo, Roberts (1993) reformula a proposta de Jaeggli e Safir (1989), entendendo que um sistema pode ser “morfológicamente rico” ou “funcionalmente rico”, caso em que pode exibir até dois pontos de sincretismo, podendo mesmo um deles coincidir com a desinência zero (este é o caso do PE, nota o parecerista); no caso do francês e do PB atual, o número de sincretismos admitidos foi largamente ultrapassado e por isso o francês atual não admite qualquer tipo de sujeito nulo, enquanto os sujeitos nulos admitidos pelo PB são, antes, fruto de outras estratégias que não a morfológica.

<sup>8</sup> Um exemplo desse embate são as discussões entre Edwin Williams e Jonathan David Bobaljik (cf., por exemplo, Williams, 1994 e Bobaljik, 2002), cujo exame detalhado mereceria um texto a parte.



Concretamente, sua hipótese é que *pro* não pode ser licenciado por T se T está sujeito a uma operação de empobrecimento que leva à neutralização de traços-phi.

É preciso dizer que Müller (2005) é obrigado a promover uma mudança importante na teoria de morfologia que utiliza, já que a Morfologia Distribuída entende que o componente morfológico se localiza depois da sintaxe (na verdade, trabalha com os nós sintáticos fornecidos pela sintaxe depois de processada a sentença), mas Müller supõe que o componente morfológico se localiza antes da sintaxe (no lugar onde antes se achava o léxico, banido enquanto tal da teoria por Halle e Marantz 1993). Evidentemente, uma vez que para ele o empobrecimento é pré-sintático, o sincretismo sistemático induzido por essa operação vai determinar certas características do nó flexional (T, em sua teoria) que não permitirão o licenciamento de *pro* em posição sujeito.

Embora essa hipótese tenha sucesso no tratamento dos dados do alemão e assim aparentemente resolva o problema histórico de conciliar a morfologia flexional concretamente observada com o licenciamento efetivo de uma categoria vazia em posição sujeito, o PE parece ser um contra-exemplo claro a ela, se o sincretismo existente entre a segunda e a terceira pessoa do plural é explicado como empobrecimento do traço de pessoa, que é indiscutivelmente um traço-phi; além do mais, ainda resta a questão de saber se, depois de uma alteração dessa magnitude na arquitetura da gramática, os fatos tratados anteriormente continuam a receber uma análise consistente.

Independentemente da questão da significância teórica da noção de paradigma, deve haver algum lugar na gramática onde entre em consideração o conjunto total de formas flexionais de uma língua que olha para a morfologia verbal quando precisa legitimar um sujeito nulo (e aqui tiramos de pauta as línguas de *pro-drop* radical, que lançam mão de outra estratégia para legitimar seus argumentos nulos). Vimos na seção 2.2 que, à parte as línguas de *pro-drop* radical, existem basicamente quatro tipos de línguas: línguas de sujeito nulo consistente, como o italiano e o PE; línguas de sujeito nulo parcial, como o finlandês e o PB; línguas de sujeito nulo expletivo, como o alemão e o crioulo haitiano; e línguas sem qualquer tipo de sujeito nulo, como o inglês e o francês. Vejamos então como são as desinências verbais das línguas em questão no presente do indicativo – as informações sobre a possibilidade de sujeitos nulos e/ou sobre o paradigma verbal do finlandês (coloquial) são provenientes de Rodrigues (2004), as do alemão vêm de Müller (2005) e as do *kreyòl*, de Nicolis (2008). São usados símbolos diversos ao invés dos morfemas concretos das línguas para que a comparação seja mais imediata: células que recebem o mesmo símbolo recebem também a mesma cor no quadro que se segue, de modo a tornar as igualdades e as diferenças mais claras.

	Singular			Plural		
	1 <sup>a</sup> pessoa	2 <sup>a</sup> pessoa	3 <sup>a</sup> pessoa	1 <sup>a</sup> pessoa	2 <sup>a</sup> pessoa	3 <sup>a</sup> pessoa
Italiano	@	#	\$	%	&	+
PE	@	#	\$	%	+	+
finlandês	@	#	\$	%	&	\$
PB	@	\$	\$	% / \$	+	+
Alemão	@	#	\$	+	\$	+
Kreyòl	!	!	!	!	!	!
Francês	\$	\$	\$	% / \$	&	\$
Inglês	!	!	\$	!	!	!

O quadro assim constituído parece mostrar que, de fato, à medida que as distinções morfológicas vão sendo comprometidas pelo sincretismo, o grau de referencialidade do sujeito nulo também vai

se enfraquecendo. No entanto, mais interessante é observar que não é bem o número de distinções que conta, mas a qualidade delas. Assim, o PE tem uma neutralização da distinção entre 2ª e 3ª do plural que não parece ter qualquer efeito sobre a possibilidade de legitimar sujeitos nulos referenciais, enquanto o finlandês, que igualmente só tem um único ponto de neutralização mas agora entre a 3ª pessoa do singular e a 3ª pessoa do plural, já não pode legitimar sujeitos nulos referenciais mas apenas indefinidos ou genéricos (os sujeitos nulos referenciais que são possíveis nessa língua são aqueles ligados a um tópico discursivo, que pode ser o sujeito matriz ou um tópico independente). Essa é também a situação do PB, embora a neutralização atinja aqui, pelo menos, tanto a 2ª e 3ª pessoa do singular quanto a 2ª e 3ª do plural. Mas curiosamente, a situação do PB é também a rigor a situação do alemão – dois pontos distintos de neutralização – mas agora o que é neutralizado é a distinção entre 3ª do singular e 2ª do plural, e entre 1ª e 3ª pessoa do plural, uma situação mais complexa que a do PB e talvez por isso mais catastrófica em termos de redução de possibilidades de legitimação. Surpreendente em termos morfológicos é o caso do *kreyòl*, que não possui qualquer marca morfológica em seus verbos mas ainda assim permite sujeitos expletivos nulos, como o alemão.

Numa outra direção, a surpresa é o francês, que distingue as três pessoas do plural entre si (considerando aqui o uso da forma pronominal *nous* e a morfologia verbal correspondente para a expressão da 1ª pessoa do plural, embora esse não seja o caso quando é *on* o pronome de 1ª pessoa do plural), mas neutraliza completamente a diferença entre as pessoas no singular (e também entre a 3ª do singular e a 3ª do plural) e o resultado é impossibilidade de qualquer sujeito nulo, mesmo resultado do inglês, que só distingue a 3ª pessoa do singular.

Embora o conjunto de línguas aqui observado seja diminuto, essa amostra parece indicar que o singular é de fato mais decisivo que o plural e, mais particularmente, sincretismo na terceira pessoa do singular, seja com a terceira do plural, seja com a segunda do singular, é o que determina a passagem de um língua de sujeito nulo consistente para um língua de sujeito nulo parcial (ou seja, comprometimento da distinção na 3ª pessoa do singular compromete a identificação de sujeitos nulos referenciais na língua). Não é claro que esse conjunto de observações pode vir a ter qualquer valor teórico, mas parece inegável que, no que respeita às línguas românicas, pelo menos, o papel das distinções morfológicas é notável. Novamente, lançar um olhar para a aquisição da linguagem poderia ser enriquecedor – e aqui já saberíamos um pouco o que procurar...

Finalmente, para que o panorama fique o mais completo possível, é necessária uma palavra ainda sobre línguas de *pro-drop* radical, porque essas são as línguas que efetivamente não parecem olhar para a morfologia flexional para admitir argumentos nulos. Neeleman e Szendroi (2007) apresentam uma hipótese bastante interessante para tratar essas línguas. Segundo esses autores, é a constituição morfológica dos pronomes de uma língua (e não a sua morfologia flexional de concordância) que determina se ela admite *pro-drop* radical ou não. Mais especificamente, apenas línguas com morfologia aglutinativa de Caso, número ou algum outro traço nominal nos pronomes podem ter *pro-drop* radical – e em línguas que não têm essa característica a omissão de pronomes só será possível na presença de morfologia verbal rica. O japonês é uma língua que exhibe morfologia aglutinativa nos seus pronomes

– como se vê na glosa de (16), o pronome não é fusionado com as marcas de Caso.

(16) Kare-ga kaere-o settokususu  
/ele-NOM ele-ACC persuade/

É preciso dizer que Neeleman & Szendrői (2007) assumem *pro-drop* como apagamento de pronomes regulares da sintaxe em PF. (como de resto é o que assume Roberts 2010). Independentemente do sucesso dessa proposta em demonstrar que a correlação sugerida se sustenta, é digno de nota o fato de alguns autores, como Modesto (2004), por exemplo, já terem sugerido que o PB e o finlandês são casos similares aos do chinês ou japonês, línguas que vão lançar mão do discurso para identificar seus argumentos nulos. Contudo, se Neeleman e Szendrői (2007) estão corretos, é muito difícil garantir que é a mesma estratégia que está em jogo em todos esses casos. Como bem aponta um parecerista anônimo, é bastante provável que no chinês e no japonês, se está em jogo um tópico proeminente, o sujeito expresso não seja permitido, o que já estabeleceria uma diferença grande com respeito ao PB (e possivelmente também ao finlandês), onde o preenchimento do sujeito (em particular de 3ª pessoa) pode ocorrer – e de fato normalmente ocorre – nesses contextos. Apenas mais pesquisa sobre o assunto poderá determinar a pertinência dessas hipóteses.

## REFERÊNCIAS

Alexiadou, A. & Agnostopoulou, E. (1998) Parametrizing AGR: Word order, V-movement and EPP-checking. *Natural Language and Linguistic Theory* 16: 491–539.

\_\_\_\_\_. (1999) EPP without Spec,IP. In: Adger, D.; S. Pintzuk; B. Pluknett; G. Tsoulos (eds.) *Specifiers: Minimalist Approaches*. Oxford: OUP, pp. 93-109.

Avelar, J. & C. Galves (2011). Tópico e concordância em português brasileiro e português europeu. In: Costa, A.; I. Falé; P. Barbosa (eds.) *Textos Seleccionados do XXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*, pp. 49-65.

Baker, M. (2008) The macroparameter in a microparameter world. In: Biberauer, T. (ed.) *The Limits of Syntactic Variation*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co., pp. 351-374.

Alexiadou, A. & Agnostopoulou, E. (1998) Parametrizing AGR: Word order, V-movement and EPP-checking. *Natural Language and Linguistic Theory* 16: 491–539.

Barbosa, P. (1995). *Null Subjects*. Doctoral Dissertation. Cambridge, Mass.: MIT.

\_\_\_\_\_. (2009). Two kinds of subject *pro*. *Studia Linguistica* 63, vol. 1, pp. 2-58.

Belletti, A. (2001). Inversion as focalisation. In: Hulk, A. & J.Y. Pollock (eds.) *Subject inversion in*

*Romance and the Theory of Universal Grammar*. New York-Oxford, Oxford University Press, pp. 60-90.

Bobaljik, J.D. (1995) *Morphosyntax: the syntax of verbal inflection*. Tese de Doutorado. Cambridge, Mass.: MIT.

\_\_\_\_\_ (2002) Syncretism without paradigms: Remarks on Williams 1981, 1994. In: Booij, G. & J. van Marle (eds.) *Yearbook of Morphology 2001*. Dordrecht: Kluwer, pp. 53-85.

Borer, H. (1986). I-subjects. *Linguistic Inquiry* 17, pp. 375-416.

Cardinaletti, A. (1997). Subjects and Clause Structure. In: Haegemann, L. (ed.) *The New Comparative Syntax*. London and New York: Longman, pp. 33-63.

\_\_\_\_\_ (2004) Towards a cartography of subjects positions. In: Rizzi, L. (ed.) *The structure of IP and CP: the cartography of syntactic structures*, Vol. 2. Oxford: Oxford University Press, pp 115-165.

Carstairs, A. (1987) *Allomorphy in Inflection*. London/New York: Croom Helm.

Chomsky, N. (1981) *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.

Chomsky, N. (1982) *Some Concepts and Consequences of the Theory of Government and Binding*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

Chomsky, N. (1995) *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: MIT Press.

Costa, J. (1998). *Word order variation. A constraint-based approach*. The Hague: Holland Academic Graphics.

D'Alessandro, R. (2014) The Null Subject Parameter: where are we and where are we headed? Ms. Leiden University, 1<sup>st</sup> draft. [Published in 2015 as "Null Subject". In: Fábregas, A.; J. Mateu; M. Putnam (eds). *Contemporary Linguistic Parameters*. London: Bloomsbury Press, pp. 201-226)

Duarte, I. (1987). *A construção de topicalização na gramática do português: regência, ligação e condições sobre movimento*. Doctoral Dissertation. Lisbon: University of Lisbon.

\_\_\_\_\_ & M.C. Figueiredo Silva (2016) The Null Subject Parameter and the Structure of the Sentence in European and Brazilian Portuguese. In: Wetzels, W.L.; J. Costa; S. Menuzzi (eds.) *The handbook of Portuguese Linguistics*. Sussex: John Wiley & Sons, Inc., pp. 234-53.

- Duarte, M.E.L. (1995) *A perda do princípio “Evite pronome” no português brasileiro*. Doctoral Dissertation. Campinas: IEL/Unicamp.
- Ferreira, M. (2004) Hyperraising and Null Subjects in Brazilian Portuguese. In: Castro, A.; V. Hacquard; A. Salanova; M. Ferreira (Org.) *Romance. Collected Papers on Romance Syntax*. Cambridge: MITWPL, pp. 57-85.
- Figueiredo Silva, M. C. (1996). *A Posição Sujeito no Português Brasileiro: Frases Finitas e Infinitivas*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Galves, C. (2001) *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Halle, M. & A. Marantz (1993) Distributed Morphology and the pieces of inflexion. In: Hale, K. & S.J. Keyser (eds.) *The View from Building 20*. Cambridge, Mass.: MIT Press, pp. 111-76.
- Holmberg, A. (2005) Is there a little pro? Evidence from Finish. *Linguistic Inquiry* 36: 533-564.
- \_\_\_\_\_ (2010) Null Subject Parameters. In: Biberauer, T; A. Holmberg; I. Roberts; M. Sheehan (eds.) *Parametric Variation: Null Subjects in Minimalist Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 88-124.
- Hornstein, N. (1999). Movement and Control. *Linguistic Inquiry* 30: 69-96.
- Jaeggli, O. & K. Safir (1989) The Null Subject Parameter and Parametric Theory. In: \_\_\_\_\_ (eds.) *The Null Subject Parameter*. Dordrecht: Kluwer, pp. 1-44.
- Kato, M. (1999) Strong Pronouns, Weak Pronominals and the Null Subject Parameter. *Probus* 11: 1-37.
- Kayne, R. (1980) Extensions of Binding and Case-Marking. *Linguistic Inquiry* 11: 75-96.
- Koenenman, O. & H. Zeijlstra (2014) One law for the rich and another for the poor: The Rich Agreement Hypothesis rehabilitated. *Linguistic Inquiry* 45: 571-615.
- Koopman, H. & D. Sportiche (1991) The position of Subjects. *Lingua* 85: 211-258.
- Modesto, M. (2000) Null Subjects without ‘Rich’ Agreement. In: Kato, M. & E. Negrão (eds.) *Brazilian Portuguese and the Null Subject Parameter*. Frankfurt: Vervuert-Iberoamerica, pp. 147-174.

- \_\_\_\_\_ (2004) Sujeitos nulos em línguas de tópico proeminente. *Revista da Abralin*, vol. 3, pp. 119-145.
- \_\_\_\_\_ (2009) Null Subjects in Brazilian Portuguese: a critique of two possible analysis. In: Torres Morais, M.A. & M.L. Andrade (eds.) *História do Português Paulista*, vol. 2. Campinas: IEL Publicações, pp. 99-123.
- Moreira da Silva, S. (1983) *Études sur l'asymétrie et l'asymétrie SUJET/OBJET dans le portugais du Brésil*. Doctoral Dissertation. Paris, Université de Paris VIII.
- Moro, A. (1997) *The Raising of Predicates: Predicative noun phrases and the theory of clausal structure*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Müller, G. (2005) Pro-Drop and Impoverishment. In: Brandt, P. & E. Fuss (eds.) *Form, Structure and Grammar: a Festschrift presented to Günther Grewendorf on the occasion of his 60<sup>th</sup> birthday*. Tübingen: Narr, pp. 93-115.
- Neeleman, A. & K. Szendrői (2007) Radical Pro-drop and the morphology of pronouns. *Linguistic Inquiry* 38: 671-714.
- Negrão, E. & E. Viotti (2000) Brazilian Portuguese as a discourse-oriented language. In: Kato, M. & E. Negrão (org.) *Brazilian Portuguese and the null subject parameter*. Frankfurt am Mein: Vervuert Verlag, pp. 105-25.
- Nicolis, M. (2008) The Null Subject Parameter and correlating properties: the case of Creole languages. In: Biberauer, T. (ed.) *The Limits of Syntactic Variation*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Co., pp. 271-293.
- Perlmutter, D. (1971) *Deep and surface constraints in syntax*. New York: Holt, Rinehart and Winston.
- Pilati, E. (2006) *Aspectos sintáticos e semânticos da ordem verbo-sujeito no português*. Tese de doutorado. Brasília: UnB.
- Pontes, E. (1987). *O tópico em português do Brasil*. Campinas: Pontes.
- Rizzi, L. (1982) *Issues in Italian Syntax*. Dordrecht: Foris.
- \_\_\_\_\_ (1986) Null Objects in Italian and the Theory of pro. *Linguistic Inquiry* 17 (3), pp. 501-557.
- Roberts, I. (1993) *Verbs and diachronic syntax: A comparative history of English and French*.



Dordrecht: Kluwer.

\_\_\_\_\_ (2010) A deletion analysis of null subjects. In: Biberauer, T; A. Holmberg; I. Roberts; M. Sheehan (eds.) *Parametric Variation: Null Subjects in Minimalist Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 58-87.

\_\_\_\_\_ & A. Holmberg (2010) Introduction: Parameters in Minimalist Theory. In: Biberauer, T; A. Holmberg; I. Roberts; M. Sheehan (eds.) *Parametric Variation: Null Subjects in Minimalist Theory*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 1-57.

Rodrigues, C. (2004) *Impoverished Morphology and A-movement out of Case Domains*. PhD. Tese de Doutorado. Maryland: University of Maryland.

Rohrbacher, B. (1999) *Morphology-Driven Syntax: A theory of V to I raising and pro-drop*. Amsterdam: John Benjamins.

Taraldsen, K.T. (1980) *On the Nominative Island Constraint, Vacuous Application and the That-Trace Filter*. Indiana University Linguistics Circle. Bloomington: Indiana.

Viotti, E. (1999) *A sintaxe das sentenças existenciais do português do Brasil*. Tese de doutorado. São Paulo: USP.

Williams, E. (1994) Remarks on lexical knowledge. *Lingua* 92: 7-34.

Zubizarreta, M.L. (1998) *Prosody, Focus and Word Order*. Cambridge, Mass.: MIT Press.